Chegará o tempo da história?*

Will history's time come?

Guilherme Pereira das Neves
neves.gp@gmail.com
Professor associado III
Universidade Federal Fluminense
Rua Pinheiro Guimarães, 149/149
22281-080 – Rio de Janeiro – RJ
Brasil

Resumo

Considerando alguns episódios desde o final do século XVII e início do XVIII até as últimas décadas do XX, este ensaio procura sugerir, primeiramente, a permanente tensão que a prática historiográfica, ao constituir-se em paralelo ao mundo contemporâneo, absorveu entre a crescente especialização exigida pela profissionalização do campo no Ocidente e o papel que a disciplina adquiriu como conhecimento destinado a orientar amplos e diversificados estratos da população para a vida. Em seguida, pretende discutir o lugar que a história ocupa hoje em dia no Brasil, diante do crescimento exponencial, de um lado, dos programas de pós-graduação; e, do outro, da fragilidade da consciência histórica que o país parece ter desenvolvido. Para tanto, recorre em particular aos argumentos de Philippe Ariès, *O tempo da história* [1954], livro muito pouco valorizado entre nós.

Palavras-chave

Campo historiográfico; Teoria da história; Philippe Ariès.

Abstract

Considering some episodes from the early 18th to the late 20th century, this essay intends first to suggest the lasting tension that the historiographical praxis – in the process of asserting itself along with the contemporary world – has absorbed between an increasingly high level of specialization demanded by the professional drive of the field in the West, and the role that the subject has taken over as knowledge to guide large and diversified strata of the population in life. Secondly, it intends to discuss the place that history has come to occupy in Brazil, considering on the one hand the exponential increase in the number of graduate programs and, on the other, the shortcomings of the historical conscience that the country seems to have developed. In order to attain these goals, the paper draws heavily upon arguments extracted from Philippe Ariès' *The time of history* [1954], an otherwise underrated book.

Keywords

Historiographical field; Theory of history; Philippe Ariès.

Enviado em: 21/5/2012
Aprovado em: 1/8/2012

*Agradeço ao CNPq e ao projeto PRONEX de que faço parte, coordenado por Ronaldo Vainfas, o apoio para as pesquisas que conduziram a este artigo. Sou grato igualmente tanto a Márcia Gonçalves, que o provocou, quanto aos dois pareceristas, que o aprovaram, pelas observações inteligentes que fizeram, embora nem sempre tenha podido aproveitá-las.

Historians and sociologists are natural enemies
(COBBAN 1966, p. 198).

Ultimamente, de vez em quando, a comunidade de historiadores no Brasil tem sido algo sacudida por questões polêmicas, como a da profissionalização da carreira, o papel do ensino da disciplina e o lugar da pós-graduação, para não falar das divergências mais pontuais, sejam em torno de temas específicos, sejam da natureza da disciplina. Consideradas em temporalidade mais longa e dotadas de amplitude bem maior do que aquelas que percorrem o limitado espaço nacional, no entanto, atribuem-se essas recorrentes ondas de autocrítica em geral ao epicentro que se formou entre 1970 e 1990, quando o giro linguístico, a queda do muro, a ensimesmação do marxismo e outros possíveis fatores criaram a sensação de uma crise geral dos paradigmas e pareceram tornar possível uma espécie de regra do *tudo vale* – ou do *salve-se quem puder* –, em geral, subsumidas sob os rótulos de *pós-modernismo* ou de *neoliberalismo* (NOIRIEL 2005).

Não cabem nas dimensões deste artigo nem o mapeamento dos deslocamentos ocorridos na crosta historiográfica durante esse quase meio século, nem a elucidação do campo de forças subterrâneas que os gerou. Pode-se, não obstante, tentar trazer à baila alguns aspectos da prática do historiador, a fim de criar estranhamentos e, por conseguinte, novas possibilidades de compreensão para a situação.

Há cerca de dois anos, o convite para mesa-redonda destinada a comemorar os 80 anos dos *Annales*, levou-me à preparação de texto, propositadamente polêmico, já publicado, em que pretendia argumentar que a *griffe* deixada por Lucien Febvre e Marc Bloch, ainda que tivesse assegurado um inédito prestígio para a história, acabara por desviá-la do lugar que o mundo moderno parecia atribuir-lhe (NEVES 2011, p. 87-101).[1] Por ocasião do último Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (ANPUH), em São Paulo (2011), com base em ideias semelhantes, apresentei comunicação ao grupo coordenado por Estevão de Rezende Martins e Pedro Caldas, onde procurei alargar um pouco o campo de observação, ao insistir que, à função orientadora da disciplina, destacada por Jörn Rüsen, correspondia um permanente estado de crise, possível de ser identificado do início do século XVIII aos nossos dias.[2] Ao contrário da tendência predominante, porém, propunha que a situação devia ser bem-vinda, sinal de que a história estava viva e cumprindo seu papel mais importante. As linhas que se seguem querem ampliar essa argumentação.

Embora o irritante *What was history?* de Anthony Grafton (2009, p. 54-61; THOMAS 2009) sugira alguns casos anteriores – até do século XV, mas sobretudo do XVI –, são certas polêmicas que eclodem na república das letras ao redor de 1700 que parecem mais sintonizadas com o que sucedeu depois.[3]

---

[1] A mesa-redonda ocorreu no XIV Seminário do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (CEDEPLAR), em Diamantina, maio de 2010, por iniciativa de João Antonio de Paula e Alexandre Mendes Cunha.
[2] Tratou-se do Simpósio Temático: 096 – Metahistória: ação humana e produção do conhecimento histórico.
[3] Ver GRAFTON 2009, p. 123-88, para o exame de Francesco Patrizi (1529/30-1597), Reiner Reineck (1541-1595) e Jean Bodin (1530-1596).

Nesse momento, em busca da verdade, Jean Le Clerc criticava Quintus Curtius, autor de meados do século I d.C., por causa do uso que fazia dos discursos colocados na boca das personagens históricas. Já Jacob Perizonius argumentava que julgar o antigo historiador nesses termos significava desconsiderar o contexto em que vivera. Conforme Grafton (2009, p. 18), "enquanto Le Clerc encontrou seu padrão de avaliação para os textos literários na razão clara e distinta de Descartes, Perizonius encontrou o seu no historicismo, na leitura e no pensamento de acordo com o contexto, característico em seu mundo, notadamente, de Spinoza". Ou seja, entre a busca intemporal de *um real mais real que o real* – como disse certa vez Francisco Falcon, num momento de Fernando Pessoa –, e a penosa reencenação, a partir dos fragmentos disponíveis no presente, de uma situação ou episódio no passado, *tal como realmente foi*.[4]

Nessa *querela entre antigos e modernos*, porém, outros confrontos envolviam igualmente a reflexão sobre o passado. Joseph M. Levine (1999a) salienta com perspicácia que a noção bem consolidada de que a idade *moderna* nasceu da redescoberta do mundo *antigo* já contém um evidente paradoxo, que só se explica pela inadvertência dos humanistas quanto ao que estavam fazendo. Como resultado, do século XIV ao XVII, quanto mais se acumulavam informações sobre gregos e romanos, mais distantes e exóticos eles apareciam e, em consequência, menos relevantes para o presente. A interpretação de Homero, por exemplo, tornou-se assim uma questão delicada, traduzida em infinitas disputas e em diferentes edições, mais ou menos sobrecarregadas de anotações, que, para uns, representavam esclarecimentos, enquanto, para outros, impediam a apreciação literária da obra. Ou seja, posterior à oposição dos primeiros humanistas aos escolásticos, o autor identificava também uma outra fissura, esta entre eruditos e literatos, na *república das letras*. "A dificuldade residia no fato de que, enquanto a literatura e as artes eram imitativas, o conhecimento filológico mostrava-se cumulativo" (LEVINE 1999b, p. 113). Dessa maneira, como Le Clerc queria, a erudição podia assemelhar-se à nova ciência experimental que Bacon e Descartes defendiam, embora se tornasse cada vez mais premente encontrar a maneira de apresentá-la – como, aliás, Pierre Bayle estava buscando com seu *Dicionário histórico e crítico* a partir de 1695 (cf. GRAFTON, 1997;1998; BAYLE 2010). Curiosamente, acrescenta Levine, em toda a Europa, por causa dessas novidades, "organizavam-se academias fora das universidades, mas os mundos da erudição [*learning*], ciência e literatura não se combinavam com facilidade, fazendo com que o ideal enciclopédico da época [...] não incluísse em geral poetas, oradores e nem mesmo *historiadores*, que permaneciam teimosamente indiferentes à acumulação de informações" (LEVINE 1999b, p. 113, grifo nosso).

[4] A primeira expressão grifada foi usada durante uma aula inaugural do curso de história da Universidade Federal Fluminense há muitos anos. A segunda refere-se, claro, à conhecida expressão de Leopold von Ranke.

Analisar o processo que conduziu essa história *magistra vitae*, literária no mais alto grau, a aproximar-se da erudição, como Edward Gibbon (1737-1794) se mostrou capaz de fazer, talvez de maneira única, quando começou a publicar *Declínio e queda do império romano* em 1776, foge aos propósitos deste artigo (cf. KOSELLECK 2006). Afinal, quando ele chegou a Oxford com menos de quinze anos, sem ter passado por uma educação formal, já trazia "na bagagem erudição bastante para surpreender um doutor, tanto quanto ignorância em grau capaz de envergonhar qualquer aluno de primeiras letras" (GIBBON 1959, p. 33). Em 1758, ao começar o *Essai sur l'étude de la littérature*, sua primeira obra, publicada três anos depois, pretendia, numa época filosófica, como era o universo intelectual francês em que ele se movia então, defender justamente a erudição diante da negligência com que se considerava o conhecimento e a língua de Grécia e Roma (GIBBON 1959, p. 95-96). Não obstante, observa Levine, a distância entre belas letras e erudição histórica só tendeu a alargar-se daí em diante. Como deixou evidente o debate sobre *as duas culturas* na década de 1950 e outros movimentos posteriores, em algum momento do século XIX, "tinha desaparecido a arriscada mistura de conhecimento e literatura que o Renascimento italiano introduzira e cuja problemática existência persistira durante tanto tempo" (LEVINE 1999b, p. 125). Na realidade, "os classicistas com pretensão à investigação desinteressada do texto criaram um monstro sobre o qual perderam o controle, passando a ameaçar a literatura que amavam. E a maioria de nós, historiadores profissionais, somos, sem dúvida, seus herdeiros" (LEVINE 1999b, p. 126).

Contudo, vale insistir, a essa altura, que, à combinação de artifício literário e rigoroso exame das fontes – logo aprimorado pela escola alemã –, Gibbon somara algo mais: a perspectiva das Luzes, desenvolvida a partir da inédita reflexão sobre a sociedade humana que não deixou de ampliar-se desde Maquiavel e Bodin até Montesquieu e Rousseau (GIBBON 1959, p. 75; LEVINE 1999b, p. 123-125; POCOCK 1975, p. 3-80). E, da conjugação dessa tríplice perspectiva, nasceu a concepção oitocentista de uma história *científica* o suficiente para fundar as nações que, depois da Revolução Francesa, o Ocidente se viu na necessidade de inventar. Inventar com o objetivo de preencher o vazio deixado pelas liturgias religiosas que se deslocavam do âmbito público para o domínio privado e, assim, em paralelo, ordenar uma população crescentemente livre do espartilho de tradições imemoriais (cf. FURET 1982; GAUCHET 2005). Narrada com arte suficiente para alcançar um público amplo, dotada de alguma capacidade explicativa para as ações e personagens de que tratava, além de apta para comprovar suas afirmações com o uso de documentos, essa história, que logo se tornou profissional, surgiu, porém, marcada pelas disputas políticas da época.

A crítica da crise

A situação de tensão parece recorrente. No ambiente em que foram gestados os *Annales*, a virada do século XIX para o XX, conflitos semelhantes voltam a emergir. De um lado, estão as tensões que perpassam naquela ocasião

o surgimento da própria sociologia, analisadas por Wolf Lepenies (1994);[5] de outro, quando François Simiand (1987) investe em 1903 contra Charles Seignobos, o grande *patron* dos seguidores de Clio, é impossível esquecer que a *crise* da história na França da *belle époque* encontra uma sincronia temporal quase perfeita com o que acontecia em outras regiões. Na Inglaterra, a oposição entre a concepção um tanto ingênua de John B. Bury, da história como uma ciência, e aquela de George Macaulay Trevelyan, como uma musa (WALSH 1970; BURY 1970; TREVELYAN 1970). No mundo de língua alemã, o *Methodenstreit* entre o economista austríaco Carl Menger, com importante contribuição para a teoria da utilidade marginal, e o economista-historiador Gustav von Schmoller, a quem Capistrano de Abreu admirava; como também o enfrentamento entre a perspectiva mais abrangente, capaz de contemplar aspectos sociais e econômicos, ainda que frágil, de Karl Lamprecht, e aquela dos historiadores, como Friedrich Meinecke, voltados para a política e as ideias, que orbitavam em torno do *Historische Zeitschrift* (IGGERS 1988; 1994; POPPER 1970; WIKIPEDIA 2010a; 2010b). Na Itália, o debate entre Gaetano Salvemini e Benedetto Croce nas páginas da precursora *Rivista italiana di sociologia* (surgida em 1897), comentado por ninguém menos do que Émile Durkheim no 6º volume de *l'Année sociologique* (DURKHEIM 1901/1902, p. 123-5).[6] E ainda, um pouco mais tarde, nos Estados Unidos, o surgimento da *new history* de James Harvey Robinson e Charles Austin Beard, reagindo, com a fundação da *New School for Social Research* de Nova Iorque em 1919, contra o *nobre sonho* dos historiadores empiristas e nacionalistas (NOVIK 1988; BEARD 1970).

Em 2010, ao recorrer ao volume inicial da correspondência entre Febvre e Bloch, editado por Bertrand Müller em 1994, para abordar a temática dos *Annales*, dois aspectos chamaram minha atenção (cf., entre muitos outros, BURGUIÈRE 1979; IGGERS 1985; HUPPERT 1997; HÉRUBEL 2004; MÜLLER 2003). Primeiro, ficava claro o enorme investimento intelectual que esses historiadores franceses fizeram para criar e manter o periódico nos anos iniciais. Do segundo, há muito desconfiava. Trata-se da grande continuidade entre a série de trabalhos e preocupações que vinham surgindo desde o final do século XIX e os próprios esforços de Febvre e Bloch. Já em 1900, fundara-se a *Revue de synthèse historique*, sob a responsabilidade de Henri Berr, um filósofo, relacionado pelo casamento a Émile Durkheim e cuja maior inquietação voltava-se para a excessiva compartimentação entre as disciplinas, que ele pretendia superar por meio da história, através de uma operação de *síntese* (MANN 1971; MÜLLER 1994, p. XVI-XVII; SIMIAND 1903; 1987; BRAUDEL 1969; CARDOSO; PÉREZ BRIGNOLI 1979; SALMON 1971). Além disso, os nomes e a atividade de historiadores franceses como Ferdinand Lot, Henri Hauser, Henri Sée e, sobretudo, Henri Pirenne – elevado, posteriormente, a uma espécie de padrinho dos *Annales* – sugere o quanto, no início da carreira de Febvre e Bloch, o campo

[5] Agradeço a indicação ao colega Mario Grynszpan.
[6] Gaetano Salvemini foi um socialista italiano que, refugiado do fascismo, lecionou por muitos anos nos Estados Unidos, onde publicou um curioso livro em 1939.

historiográfico não se limitava à tão detratada *história metódica* (BOURDÉ; MARTIN 1983, p. 137-170; CARBONELL 1976). Uma releitura do símbolo mesmo escolhido para representar essa tendência, o célebre manual de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, o *Introduction aux études historiques*, de 1898 (LANGLOIS; SEIGNOBOS 1946; RÉBÈRIOUX 1992; BLOCH 1993, p. 69), revela, a despeito dos ataques desfechados pelos *annalistes*, o quanto muitas das percepções propostas por Febvre, Bloch e até por Braudel podem ser encontradas, ainda que com algum disfarce, em suas páginas nada ingênuas, de clareza cartesiana.

Nesse sentido, parece razoável argumentar que a criação dos *Annales* em 1929 não representou o *corte epistemológico* bachelardiano que muitas vezes se supõe. Professores da nova Universidade de Estrasburgo, projetada como instituição inovadora para consolidar o espírito francês na Alsácia-Lorena ocupada pelos alemães após a guerra de 1870, nem Febvre, já a caminho dos 50 anos, nem Bloch, oito anos mais moço, eram, nessa época, marginais ao ambiente acadêmico. "Eles aparecem", escreve Bertrand Müller, "ao contrário, perfeitamente integrados ao sistema" (MÜLLER 1994, p. X).[7] No entanto, as crescentes queixas em relação ao acanhado meio provincial e os planos para obter uma posição em Paris, o centro de gravidade da vida universitária francesa, deixam claro quanto do projeto dos *Annales* fez parte de uma estratégia de acumulação de capital simbólico para tal fim (BOURDIEU 1983; 1974). Com efeito, o *élan* para alcançar Paris mostrava-se de tal ordem que, por duas vezes, transformou os colegas em acirrados competidores. Da segunda feita, ao final de 1930, a propósito de uma candidatura à *École des Hautes Études*, Febvre dirige a Bloch uma carta que diz poder ser "brutal", uma vez que "não se resolve uma crise como esta, que sua carta revela, com meias palavras e cortina de fumaça". Por eles próprios e "por tudo o que representavam", os dois deviam chegar a Paris; mas isso exigia uma condição: que nem por um segundo dessem "a impressão" de que fossem "competidores" (MÜLLER 1994, p. XLVIII).[8] De fato, como observa Carole Fink, os *Annales* asseguraram a Bloch "e a Febvre um lugar no mundo acadêmico" (FINK 1991, p. 165). E, ao final, a Paris eles chegaram: Febvre em 1932, ao *Collège de France*; Bloch, à própria Sorbonne, em 1936, ocupando o lugar de Henri Hauser.

No fundo, as afinidades intelectuais entre os dois situavam-nos particularmente bem para se darem conta do que representava a sociologia de Durkheim, cuja pretensão a ocupar o lugar hegemônico no conjunto das ciências humanas e cuja organização, graças à publicação de *L'Année sociologique* a partir de 1898, revelavam-se ameaçadoras para a posição de destaque de que gozara a história até então no meio acadêmico francês (BOER 1998; LEROUX 1998; LEPENIES 1994).[9] Recorrendo à mesma estratégia durkheimiana, que

[7] Sob esse aspecto, também PARIS 1997 chama a atenção das boas relações de Febvre e Bloch com a *Revue historique*.
[8] A carta é de 31 de dezembro de 1930, mas não há cartas de Bloch em 1930, tendo, portanto, desaparecido aquela a que Febvre faz referência!
[9] Este aspecto é totalmente ignorado por PARIS 1997.

conheciam bem e admiravam, derivava daí a preocupação de utilizar o periódico para consolidar e projetar a história em novas bases, aliando-se justamente aos seus maiores inimigos institucionais, as ciências sociais em afirmação. Mais do que aproveitar as contribuições de economistas, sociólogos e outros, como tinham feito seus predecessores, tal opção implicava em definir a disciplina de acordo com novo paradigma, no sentido de Thomas Kuhn (KUHN 1973; 1977; STOIANOVICH 1976). Paradigma que não tardou a dar a impressão ao meio acadêmico de que estava, enfim, assegurada a sua sempre questionada *cientificidade*. Logo, graças à concepção de uma *história-problema*, que articulava séries de dados idênticos entre si e, por isso, mensuráveis, exorcizava-se aquele desprezado *fato singular*, o famoso *fato histórico* da escola metódica (FURET 1976). E, somado a outros fatores após o final da 2ª Guerra – como a própria morte trágica de Bloch, a habilidade de Febvre e o gênio estratégico de Braudel no meio universitário francês –, tamanho foi o investimento que os *Annales* converteram-se no símbolo mais evidente do que a disciplina tinha de melhor a oferecer ao mundo (cf. COUTAU-BEGARIE 1983).

Contudo, ao tomar esse rumo – e este é o primeiro ponto que quero salientar –, os *Annales* reencenaram o destino tanto de certas correntes do século XIX, quanto dos próprios eruditos dos tempos modernos. Ao pretender-se *ciência*, a disciplina fez-se tão especializada que se tornou – por consequência inevitável – cada vez mais distante do público cultivado, para o qual ela tinha vindo servir, desde o princípio do Oitocentos, em especial, como instrumento de orientação num universo definitivamente desencantado em suas dimensões determinantes (GAUCHET 2005; 2004; 1998; 1985). Projeto acadêmico de dois historiadores excepcionais, os *Annales* sacudiram sem dúvida a prática historiográfica do século XX e contribuíram para situá-la em novo patamar, com o programa de abertura que promoveram em relação às ciências sociais. Contudo, ao apostar nessa direção, obcecados pelas respectivas carreiras, os sucessores de Febvre e Bloch desvalorizaram a dimensão de orientação para a vida, salientada por Jörn Rüsen, de que a história se revestira quando, a partir do final do século XVIII, integrou filosofia, erudição e retórica num só empreendimento (RÜSEN 1997; 2009; 2010).

Uma reflexão marginal

Bastante semelhante, aliás, àquela dos inícios do século XVIII, anteriormente mencionada, a situação acima descrita, da qual nasceram os *Annales*, mais do que recorrente, no entanto, aparenta repetir-se a intervalos cada vez menores. No ano em que Bloch chegava à Sorbonne, publicava-se do outro lado do Atlântico uma obra em que o autor, professor na universidade de Columbia, logo de início, observava:

> Até recentemente, faltaram historiadores para a própria história. Houve histórias de quase tudo sob o sol: da literatura, da filosofia, das artes e ciências e, sobretudo, da política. Apesar disso, até os últimos anos – exceto por uns poucos trabalhos destinados a estudantes – a história permaneceu sem uma narrativa dela mesma. Clio, embora a mais antiga

> das Musas, tem registrado o passado dos outros com aplicação, mas negligenciou o seu próprio; *e aparentemente seus leitores raramente indagaram-na a respeito*. Afinal, até hoje, a expressão 'história da história' pouco significa para a maioria das pessoas, parecendo sugerir algum supérfluo problema acadêmico para o qual o mundo atarefado não deve desperdiçar o seu tempo [...] (SHOTWELL 1936, p. 1, grifo nosso).

Para trás, Shotwell remetia a alguns brotos temporões, sem deixar de serem robustos, como foram, entre outros, os livros de Eduard Fueter (1911) e de George P. Gooch (1913), mas não podia imaginar, para diante, o quanto sua queixa mostrar-se-ia atual.[10]

Passado o trauma da II Guerra, enquanto os *Annales* consolidavam-se na França e passavam a estabelecer pontes com o estrangeiro, o final da década de 1940 e o início da seguinte assistiram a autêntico florescimento da reflexão sobre a *ideia de história*, que se multiplicou daí em diante – de maneira tão surpreendente, talvez não por acaso, quanto à sequência de obras-primas cinematográficas dessa época e das décadas imediatas. Já em 1946, aparecia postumamente a problemática edição de *The idea of history* de R. G. Collingwood (cf. COLINGWOOD 2001). Três anos depois, publicava-se a *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien* redigido por Marc Bloch na clandestinidade, antes de sua morte em 1944 (BLOCH 1949). Em 1950, surgia um dos primeiros artigos seminais de Arnaldo Momigliano (MOMIGLIANO 1950; 1983). Não tardou a coleção de ensaios de Lucien Febvre, *Combats pour l'histoire*, em 1953. No ano seguinte, foi a vez tanto de Henri-Irinée Marrou, *De la connaissance historique*, retomando muito do que Raymond Aron já apresentara, quanto do pouco notado *Le Temps de l'histoire* de Philippe Ariès, no calcanhar dos quais Paul Ricoeur apresentou em 1955 o seu *Histoire et verité* (cf. ARON 1981; 1969; MELLO 2002a; 2002b). Em 1957, com *The ancient constitution and the feudal law*, John G. A. Pocock retomava pelo viés historiográfico os problemas levantados por Peter Laslett a respeito do pensamento de Filmer e Locke (POCOCK 1987; LASLETT 1949; 1960). Dois anos depois vinha à luz *Crítica e crise* de Reinhart Koselleck (1999) e, em 1960, se alguma dúvida ainda subsistisse, não só *Verdade e método* de Hans-Georg Gadamer (2004), num polo, como, no outro, esse novo Langlois e Seignobos do século XX, o volume *L'histoire et ses méthodes* (SAMARAN 1961) da prestigiosa coleção "Pleiade", para não falar da criação do periódico *History and theory* (WESLEYAN 2012). Pouco depois, com a lucidez habitual, E. H. Carr veio a dizer nas "George Macaulay Trevelyan lectures" de 1961 que não "há indicador mais significativo do caráter de uma sociedade do que o tipo de história que ela escreve ou deixa de escrever" (CARR 1978, p. 40; cf. também MORELLI 1974).[11] Tratava-se, entretanto, essa obra, de uma das possíveis exceções a certa tendência de toda essa atividade historiográfica, que prosseguia dirigindo-se prioritariamente

[10] SHOTWELL 1936, p. 11, acrescenta mais algumas, como GUILLAND 1915, cujo original francês data muito curiosamente de 1900, e o conhecido CROCE 1916, que julga conter mais teoria do que história, embora possa ser considerado "estimulante por aqueles com interesses filosóficos".
[11] A última referência agradeço ao prof. Cayo García quando docente da pós-graduação em história da UFF.

à comunidade de profissionais especializados que os *Annales* estavam contribuindo para consolidar, fazendo com que o público em geral, repelido diante de textos tão específicos, fosse provavelmente buscar os sonhos de que precisava no ambiente acolhedor das salas de cinema.

Outra obra consistiu com certeza na mencionada coleção de oito ensaios escritos entre 1946 e 1951 que Philippe Ariès (1914-1984) reuniu e publicou por intermédio de pequena editora monegasca em 1954. Apesar da recepção inicial mais efetiva do que se imaginava, *Le temps de l'histoire* permaneceu praticamente desconhecido, pelo menos até 1986, quando saiu a segunda edição, com prefácio de Roger Chartier (ARIÈS 1986; 1992; 1989; BRAUDEL 1958; FARIA 2010; HUTTON 2004).[12] E, num certo sentido, serve como uma luva para argumentar o que pretendo abordar adiante.

Com 40 anos então, Ariès já conseguira imprimir dois livros, embora, tendo perdido mais de uma vez o exame de admissão para o ensino médio, houvesse ingressado em instituto de pesquisas sobre frutas tropicais, cujo centro de documentação a essa altura dirigia. Com origem em família monarquista, filiada à direita católica francesa, apaixonado desde criança pela história mais *événémentielle*, desgostoso com a história seca da *república dos professores* que encontrara na universidade em Grenoble e em Paris, mas fascinado pela leitura de Febvre e Bloch, que fizera por sua própria conta, ocupava, por conseguinte, um lugar completamente marginal no interior do ambiente acadêmico francês, cujas raízes encontravam-se nas ideias de república, derivada de 1789, e de ensino público laico, fundado na estrita separação entre Igreja e Estado.

Talvez por isso mesmo, a obra revela surpreendente originalidade. Confirmando o que se adiantou acima, "nos dois capítulos centrais", segundo Chartier, "consagrados às atitudes diante da história na Idade Média e no século XVII, Ariès foi um dos primeiros a esboçar o que podia ser a história da história" (CHARTIER 1986, p. 24). No entanto, de forma alguma restringe-se a tal aspecto. Antecipa-se igualmente ao que faria mais tarde em *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, quando a descoberta da galeria de retratos do castelo de Beauregard, num dos passeios de bicicleta pelas margens do Loire com a esposa, faz com que percebesse que ali se encontrava "uma forma de representação do tempo, comparável àquela dos cronistas, ainda que mais concreta e familiar." Dessa maneira, pela primeira vez, "um documento artístico" fornecia-lhe "tema original de reflexão" (CHARTIER 1986, p. 26-27; ARIÈS 1980, p. 121-123). Não obstante, é a concepção de história do próprio Ariès nesse momento, revelada com mais clareza em alguns dos outros textos, que quero realçar.

Logo no primeiro, "Uma criança descobre a história", Ariès (1986, p. 33-34) observa que em sua família, a cada dia, o jornal era examinado e comentado minuciosamente, mas "como se falasse de parentes ou de amigos. Antes da guerra, eu jamais tive o sentimento da vida pública, como uma espécie de prolongamento de minha vida privada, que a dominava e absorvia". Na realidade,

[12] A referência imediata indica trabalho de Marcos Guedes Veneu realizado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* sob a direção de François Hartog, ao qual espero ter acesso em breve.

ele não nascera "na história", como os jovens que de 1940 em diante alcançavam seus vinte anos e para os quais a sociedade mais ampla se impusera com a guerra. Aliás, experiência vivida pelo próprio Ariès pouco depois, em 1945 – embora o episódio não seja mencionado no livro –, quando um dos irmãos morre em combate (CHARTIER 1986, p. 12). Ao contrário, para seus pais, era no "passado feliz e bonachão" do antigo regime que eles continuavam a viver. Por isso, "estavam convencidos com uma convicção ingênua, que eles possuíam, como algo evidente, a essência do passado, que, no fundo, não existia diferença entre eles e o passado: o mundo ao redor havia mudado com a república, mas eles tinham permanecido lá" (ARIÈS 1986, p. 36 e 38).

Perspectiva algo turva, que somente os textos seguintes mostram-se capazes de esclarecer. Se Ariès herda do meio familiar passadista o gosto pela história, as tensões políticas do período de formação, seu contato com a universidade, as leituras que empreende por si mesmo, o choque brutal da guerra e a experiência posterior fornecem-lhe uma compreensão muito complexa do lugar que a disciplina ocupa no mundo contemporâneo. A partir do sucesso alcançado pela obra de Jacques Bainville, constata que o aparecimento da vulgarização histórica de qualidade no período entreguerras "constitui um fato sociológico importante", em que a história não erudita deixa de estar reservada a alguns amadores para alcançar todo o público de leitores médios [*honnêtes gens*]. Trata-se da grande particularidade do século XX:

> o homem não se concebe mais como um indivíduo livre, autônomo, independente de um mundo que o influencia, sem o determinar. Do qual ele toma consciência na história, onde se sente solidário da cadeia dos tempos e não pode se conceber isolado da continuidade representada pelas épocas anteriores. Ele tem curiosidade pela história como se fosse um prolongamento de si mesmo, uma parte de seu ser. Ele sente, mais ou menos confusamente, que ela não lhe pode ser estrangeira (ARIÈS 1986, p. 49).

No entanto, de maneira surpreendente, não é apenas no historicismo de Bainville que identifica essa concepção, mas também no materialismo histórico inspirado em Marx, ainda que este "raciocinasse a partir de *leis*, quer dizer, sobre médias", o que implicava no "abandono do domínio concreto da vida humana". No fundo, Ariès tinha percebido que a história convertera-se em "um arsenal de argumentos", mas fragmentada em diversas modalidades, com consequências importantes (ARIÈS 1986, p. 50, 55 e 45).

> Entre uma nostalgia do passado ou um abandono às forças do porvir, dois sentimentos vividos, e o conhecimento positivo da história, não ocorreu qualquer relação direta. Eis por que a literatura histórica permaneceu ou um gênero superficial ou um monopólio de especialistas, à margem da vida das ideias modernas (ARIÈS 1986, p. 68).

Profundamente sensível ao aparecimento de uma consciência histórica, nascida dos tumultos do fim do século XVIII e início do XIX e capaz de distinguir tempos diferentes, Ariès identifica igualmente, sobretudo na segunda metade do Oitocentos, dois gêneros de prática historiográfica: aquela produzida na órbita da Academia de Letras e aquela gestada na universidade, que se definiam

por seus respectivos públicos pelo menos tanto quanto pelos métodos utilizados. A primeira tinha por leitores "a burguesia cultivada e respeitável", envolvia o estudo cuidadoso dos documentos, mostrando-se com frequência erudita, embora evitasse "que a erudição transparecesse, pois se estava entre pessoas da boa sociedade." Propunha-se "a contar e explicar a evolução política dos governos e Estados, as revoluções, as mudanças de regime, as agitações e as crises [...], as políticas diplomáticas e as guerras". Conservadora, sem ser reacionária, através dela,

> a burguesia não procurava uma maneira de compreender seu destino de homem ou de sociedade em relação às mudanças do mundo, das nações e das classes. Aliás, não havia mudança, estando as relações políticas determinadas por leis *ne varietur*. A burguesia, num mundo de cujo movimento nem desconfiava, não precisava de uma filosofia da história: na sua forma acadêmica, ela solicitava à história somente uma técnica de governo (ARIÈS 1986, p. 209-211).

Por seu turno, a história universitária só interessava aos próprios universitários. E, ainda "hoje, a maior parte dos leitores médios [*honnêtes gens*] mal sabe que ela existe." Diferentemente da primeira metade do século XIX, quando Michelet, Thierry ou Guizot "acumulavam a condição de autores difundidos e populares e de especialistas", aparecendo como personalidades na moda, depois de Fustel de Coulanges (1830-1889), "nenhum professor de história [...] conseguiu reunir em torno de sua cátedra os auditórios mundanos e elegantes que se espremiam nas aulas de Bergson e de Valéry".[13] Dessa maneira, "o estudo da história perdeu o contato com o grande público para tornar-se uma preparação técnica de especialistas isolados em sua disciplina", os quais "exploraram a história dos homens sem pensar em indagar-se sobre o interesse que o homem de seu tempo podia ali encontrar" (ARIÈS 1986, p. 212-213). Um dos motivos, segundo Ariès, decorria da mudança do recrutamento universitário, que se tornou mais democrático com a 3ª República, levando o ensino superior a deixar de ser uma formação cultural para converter-se em preparação para o exercício de uma profissão no ensino secundário (ARIÈS 1986, p. 214). No entanto, ao dirigir-se ao seu próprio público, "essa universidade *dreyfusarde*, radical, logo socialista com Jaurès, não pariu uma literatura histórica de combate" (ARIÈS 1986, p. 215). Ao contrário da versão aguerrida da primeira metade do século XIX, a história universitária "erigiu em princípio que [ela] não provava nada, que ela existia na medida em que não a interrogavam para solicitá-la" (ARIÈS 1986, p. 215).

> Assim cuidadosamente destacada do presente, a qual curiosidade respondia a história entre os historiadores profissionais? Questão importante, da qual depende o sentido que se deve atribuir a toda a historiografia moderna, obra das universidades francesas ou estrangeiras; questão que se mostra bastante delicada quanto à resposta, pois é preciso reconhecer que os historiadores jamais a formularam (ARIÉS 1986, p. 215- 216).

---

[13] Em *À la recherche du temps perdu*, Proust traça um pouco o retrato desses universitários por meio do professor Brichot. Cf. SERÇA 2004.

Historiadores que se limitaram à produção de tratados de metodologia, cabendo as reflexões francesas sobre a história a filósofos, como Raymond Aron, mas "postas deliberadamente [...] de lado, com um alçar de ombros, como se fossem palavreado teórico de amadores sem competência: a insuportável vaidade do técnico que permanece no interior de sua técnica, sem jamais tentar olhá-la do exterior!" (ARIÈS 1986, p. 216).

Não obstante as novas possibilidades que enxerga nos *Annales*, Ariès acaba por concluir que, no fundo,

> nenhum historiador pode evitar a alternativa das duas histórias, uma científica, a outra política, conservadora ou marxista. Nenhum historiador tampouco decidiu sua escolha de uma vez por todas. Os eruditos mais austeros esforçavam-se somente para assegurar a compartimentação entre a ciência objetiva e a interpretação política do passado na sua vida. Contudo, por mais desinteressado que fosse seu conhecimento, eles sentiam a maneira de ver o tempo praticada no meio em que viviam, conforme a respectiva referência política. Pois a filosofia política da história, como uma frente de guerra, separava a opinião em dois campos. Em cada um deles, tendências diferentes se chocavam, mas englobavam pessoas que falavam a mesma língua. E essa impressão de parentesco vinha, além das ortodoxias e das excomunhões típicas das igrejas, de uma atitude comum diante da história. De acordo com a ênfase na ideia de repetição ou de transformação, acabava-se classificado à direita ou à esquerda. [...] Até mesmo os historiadores profissionais, obcecados de objetividade, não podiam deixar de escolher e, por pouco que se escolha, há comprometimento (ARIÈS 1986, p. 240-241).

Diante dessa situação, se 1940 revelou a história pública que levava todos de roldão, também trouxe de volta a perspectiva particular dos pequenos grupos que se viam ameaçados por esse movimento. Como a história "é sempre a consciência do que é único e particular, assim como das diferenças entre várias particularidades", a variação ocorre no tempo, como momentos sucessivos – o que dá origem à grande história – embora também possa situar-se fora do tempo, "na consciência que uma coletividade tem de si mesma em relação, não a uma outra época de sua transformação, mas à coletividade vizinha – o que eu denominei de história particular, de história das heranças" (ARIÈS 1986, p. 242-244).

No mundo contemporâneo, porém, é a civilização da técnica, sempre igual a si mesma, que se opõe às civilizações das diferenças. Assim sendo – e trata-se da última frase do livro, grifada pelo autor –, a "*uma civilização que elimina as diferenças, a história deve restituir o sentido perdido das particularidades*" (ARIÈS 1986, p. 246-248).

No ambiente inicial de discussão sobre história da historiografia na década de 1950, que logo ia tornar-se endêmica, alcançando, como sugerido no início, uma espécie de ponto nevrálgico entre os anos de 1970 e 1990, Philippe Ariès apresentava, dessa maneira, uma reflexão cuja originalidade parece residir justamente no descentramento do olhar com o qual considerava a atividade dos historiadores. Em primeiro lugar, como faria mais tarde com a família e a morte, era das *atitudes* diante da história de que se dava conta. Embora o mundo moderno fosse regido por uma mentalidade técnica que tendia a borrar

diferenças, percebia a radical novidade representada pelo surgimento da consciência histórica, equivalente à sensibilidade para diferenciar passado de presente, tanto quanto para usar argumentos do primeiro para as lutas travadas no segundo.[14] Em seguida, a ideia de "história particular" anunciava com impressionante clarividência o papel da construção historiográfica nas batalhas da memória e das identidades que ingressaram hoje na ordem do dia. E, além disso, de sua posição excêntrica em relação à academia, ainda apontava os limites dos trabalhos aí realizados, distantes em geral das preocupações da sociedade mais ampla. Em suma, Ariès voltava a colocar com força a pergunta enunciada por Marc Bloch logo no início da *Apologie*: afinal, para que serve a história? Pergunta que, de lá para cá, alguns historiadores e filósofos podem ter revirado de muitas maneiras, mas que a maioria dos praticantes da disciplina continuou tendendo a ignorar, desde que não impedisse o cultivo de seu jardim particular. Para concluir, é este o segundo aspecto para o qual quero chamar a atenção.

O futuro de uma ilusão?

Recentemente, artigo de Keila Grinberg alcançou grande repercussão quando levantou algumas dessas questões para o Brasil. Não por acaso, intitula-se "Historiadores pra quê?" (GRINBERG 2012). Em pós-doutorado nos Estados Unidos, ela aproveita o debate provocado por documento escrito, juntamente com Jim Grossman, por ninguém menos que Anthony Grafton, enquanto presidente da *American Historical Association* em 2011 (GRAFTON; GROSSMAN 2012). Lá, a questão envolve diretamente o mercado de trabalho para profissionais doutores, que estão encontrando dificuldades crescentes para seguir a trajetória mais valorizada, ou seja, a de professor efetivo num departamento universitário de história. Daí, a sugestão de ultrapassar a concepção de que o trabalho do historiador em outras atividades – como museus, instituições culturais, arquivos e até em órgãos do governo e nos negócios – constitua uma opção menor, um mero *plano B*. No entanto, o subtítulo do texto sugere algo mais. Trata-se apenas de *uma proposta muito modesta*, evidente alusão à sátira de Jonathan Swift de 1729 chamada *A modest proposal*, em que a venda de bebês aos açougues aparecia como solução para o problema da fome e da miséria na Irlanda. Em princípio, Grafton e Grossman, embora ligados até a medula à universidade, parecem se dar conta da mesma dimensão mais ampla da história que Philippe Ariès assinalava em 1954. No entanto, será que a ironia fica por conta do papel que a disciplina passou a ter no mundo contemporâneo e que os profissionais tendem a desconsiderar? Deve-se à inviabilidade de a pesquisa histórica de ponta – em função da preparação erudita altamente sofisticada que exige e do tempo que demanda – ser conduzida por uma grande quantidade de indivíduos? Ou refere-se à impossibilidade prática de absorver um enorme número de doutores na universidade para que possam perseguir o assunto histórico de seu interesse de ponto de vista cada vez mais especializado e, por consequência, menos significativo para extratos mais largos da população?[15]

[14] Essa situação da história no mundo moderno já estava sendo abordada nessa época em GADAMER 2007.
[15] Num domínio próximo, ver as reflexões de PARKS 2012.

No caso do Brasil, como as reações ao artigo de Grinberg logo revelaram, a questão tornou-se rapidamente uma discussão sobre a disparidade da remuneração e das condições de trabalho entre os professores universitários, sobretudo os do sistema público, de um lado, e aqueles do ensino fundamental e médio, do outro. Combinada essa dimensão a outras – como a pequena difusão das obras da maioria dos professores universitários junto à população, o desinteresse com que o assunto é em geral recebido pelos estudantes fora dos cursos de história, as frequentes distorções históricas que se encontram na mídia, por exemplo – talvez a pergunta devesse ser modificada para retornar à de Bloch: ao invés de historiadores, *história para quê*?

Sem dúvida, de um lado, é difícil negar a amplitude que a produção dos historiadores, majoritariamente situados nos programas de pós-graduação – assumiu nos últimos anos. Uma rápida consulta à página da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), revela que, por ocasião da última avaliação trienal da área de história, em 2010, eram 53 cursos em quase todas as unidades do país e, com somente nove exceções, públicos, englobando 1038 docentes, capazes de gerar, entre 2007 e 2009, 751 teses de doutorado, 2271 dissertações de mestrado, 4412 artigos em periódicos, 7114 trabalhos completos em anais de eventos, 893 livros de pesquisa original, e 4546 capítulos em obras coletivas. Isso quer dizer que são 250 novos doutores em média por ano que estão ingressando no mercado de trabalho, enquanto alguns cálculos permitem verificar que cada um dos docentes mostram-se anualmente responsáveis por pelo menos 6,6 *produtos* – como a agência gosta de denominá-los. No caso de dois dos três programas que alcançaram a nota máxima de excelência, o resultado eleva-se para 8,9 e 13,1, embora nesses números ainda não estejam computadas outras atividades essenciais, como aulas na graduação e na pós, orientação de monografias de bacharelado e de alunos de iniciação científica. Tais dados parecem indicar que a academia adquiriu uma dinâmica própria, desligada da sociedade mais ampla (com a possível exceção de casos bem específicos, que não se medem em números, como o dos movimentos afirmativos). Não se terá tornado uma nova *república dos professores* como a caracterizou Philippe Ariès há quase 60 anos?

Do outro lado, toda essa frenética atividade pouco parece direcionada – como os já mencionados comentários e o próprio texto de Keila Grinberg apontaram – ao ensino fundamental e médio. Será possível formar 250 doutores em história por ano e manter a precariedade do ensino público nos níveis atuais? Pretender responder a essa pergunta significa indagar-se sobre o lugar da história e da própria educação no Brasil, algo que ultrapassa igualmente – e muito! – as dimensões deste artigo.

Não obstante, as reflexões anteriores podem sugerir algumas facetas da questão.[16] Em primeiro lugar, considerada em seu conjunto, mostra-se surpreendente a falta de espessura da experiência histórica brasileira. Se a

[16] O autor é o primeiro a ter consciência do caráter ensaístico do que se segue e, por isso, pede que as linhas abaixo sejam tomadas apenas como um convite à reflexão.

independência de 1822, fundada na oposição ao antigo colonizador, cuja cultura as elites partilhavam largamente, veio a encontrar o seu momento inaugural mais autêntico na abdicação do imperador, herdeiro ao trono de Portugal, em 1831, a criação quase simultânea do Colégio de Pedro II (depois dos desacertos que inviabilizaram a fundação de uma universidade) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro indicam sem dúvida uma preocupação formadora, mas dirigida para a restrita classe dirigente. Dessa maneira, muito mais do que a erudita *História geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857) foi o *Manual de história do Brasil* de Joaquim Manuel de Macedo que soube, como percebeu a acuidade de Capistrano, encerrar o passado da nação em "quadros de ferro". Enquanto a *questão religiosa* lembrava a imersão do país em um universo que não se desencantara, a proclamação da república revestiu-se, pelo menos, da aparência de golpe militar, que deixou a maioria *bestializada*. Já a abolição constituiu decerto uma conquista, mas o quanto foi devido a um debate conduzido por argumentos *históricos*?

De *Um estadista do império* (1897-1899) aos *Donos do poder* (1958-1975), passando pelo conjunto da obra do autor dos *Capítulos de história colonial* e por *D. João VI no Brasil*, assim como pela trinca modernista formada por Gilberto Freyre, Sérgio Buaque de Holanda e Caio Prado Jr., destacada por Antonio Candido, entre outras, não faltaram obras primas escritas por historiadores. No século XX, uma considerável produção de biografias por escritores como Luiz Vianna Filho e Raimundo Magalhães Jr., além da série articulada por Octavio Tarquínio de Souza sob o título geral de *História dos fundadores do império do Brasil*, corresponde com notável semelhança àquela *história acadêmica* que Ariès mencionava como destinada aos grupos dirigentes, em geral até muito eruditas, mas escondendo tais andaimes sob uma superfície literariamente bem polida. Enquanto a produção do meio católico reunido em torno de Jackson de Figueiredo e aquela ligada ao Partido Comunista representam orientações políticas opostas, igualmente presentes na França do período, nenhuma *História do Brasil* nesse intervalo pode equiparar-se ao sucesso da *Histoire de France* de Bainville.[17] Finalmente, coincidindo com a tendência observada acima, na esteira de *A verdade da biografia* de Luiz Vianna Filho (1945), ainda aparecia em 1949 *A teoria da história do Brasil* de José Honório Rodrigues (1969), seguida nos anos imediatos por diversos estudos de caráter historiográfico (RODRIGUES 1965; 1966; GONÇALVES 2009).

Todavia, sobretudo após a redemocratização de 1946, se esse movimento parece anunciar o surgimento de uma consciência histórica e a percepção da grande história em que todos estavam envolvidos, o golpe militar de 1964, sucedido pelo AI nº 5 e a montagem de violento aparelho repressor, a partir de 1968, esvaziou o movimento. Se a década de 1950 assistiu à taxa de alfabetização do país ultrapassar a barreira dos 50% destacada por Lawrence

[17] Embora, por volta de 1940, França (PRESSAT 1971, p. 11) e Brasil (IBGE 1977) tivessem populações equivalentes, ao redor de 40 milhões de habitantes, estima-se que, entre 1924 e 1947, tenham sido vendidos mais de 260 mil exemplares da obra de Bainville (CHARTIER 1986, p. 31).

Stone (STONE 1964; 1969; IBGE 1977), assim como à criação em 1951 da mencionada CAPES e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de olho na importância estratégica que o conhecimento adquiria na *era atômica*, a ditadura militar, sem quebrar essas tendências, ao que tudo indica, conseguiu atribuir-lhes dimensões novas. Ingressava-se na civilização técnica. De um lado, o ensino fundamental e médio perdeu na qualidade o que passou a adquirir a partir de então em quantidade, desvalorizando-se ao mesmo tempo o lugar social do professor primário e secundário e de algumas disciplinas, como história e geografia, diluídas durante muitos anos em *estudos sociais* ou entortadas como *organização social e política do Brasil*. No ensino superior, a ampliação correspondeu também a critérios técnicos, embora não seja de desconsiderar o papel que teve na redução das tensões sociais ao oferecer, em cursos de pequena exigência de ingresso – como, mais uma vez, a história –, a obtenção a baixo custo de diploma que o *bacharelismo* do império, não menos do que o da república, tornara relevante símbolo de *status*. A partir da década de 1970, veio então a montagem da pós-graduação.

Talvez mais importante, em todos esses momentos – como na expulsão dos jesuítas em 1759, na reforma pombalina deste ano e de 1772, ao longo do império e da república –, as decisões partiram sempre do poder. As mudanças educacionais nunca foram reivindicadas pela população. Além disso, como a Coroa portuguesa e o papel estratégico que a Universidade de Coimbra desempenhou na formação das elites do império, o ensino superior – e, posteriormente, a pós-graduação – tornou-se esfera de competência por excelência do governo central. Ainda que a criação da Universidade de São Paulo em 1934, no rescaldo da malograda Revolução de 1932, pareça desmentir a afirmação, o surgimento no ano seguinte da Universidade do Distrito Federal por iniciativa do prefeito Pedro Ernesto e de Anísio Teixeira – na qual veio ensinar Henri Hauser quando deixou a Sorbonne, tendo Sérgio Buarque por assistente – gerou imediato mal-estar, que se traduziu na incorporação dos quadros da instituição à recém-constituída Universidade do Brasil, hoje UFRJ, em 1939 (FERREIRA 2006; VENANCIO FILHO 1997; HAUSER 1937).

Dessa maneira, apesar da generalização abusiva, para a maior parte da população brasileira, majoritariamente analfabeta até 1950, em seguida desenraízada em grandes números de seus ambientes seculares para buscar um sonho indefinido nas grandes metrópoles do país que se industrializava, mal servida em termos de ensino básico, ainda mergulhada nas crendices de um mundo de antigo regime, exposta pouco depois em doses maciças às imagens sedutoras da televisão, qual significado podia ter *história*? Como para inúmeros alunos das atuais escolas fundamentais e médias e seus pais, esses indivíduos

> viviam no folclore, quer dizer, na permanência e na repetição; permanência dos mesmos mitos, das mesmas lendas, transmitidas sem alterações, pelo menos conscientes, através de gerações; repetições dos mesmos ritos no decorrer do ciclo das cerimônias anuais. [Permaneciam] indiferentes aos episódios que se mostravam estrangeiros aos seus mitos (ARIÈS 1986, p. 88).

E, quando obrigados, como na escola, a admiti-los, apressam-se para incorporá-los o mais rápido possível à sua matéria lendária, como ocorre – por mediações bem mais complexas hoje – nos enredos de uma escola de samba. E, no fundo, essa atitude equivale a uma recusa da história, essa série de fatos ou personagens imprevistos, que jamais retornam. Essas particularidades – que justamente cabe resgatar numa sociedade que busca eliminar todas as diferenças...

Se assim for, parodiando Sérgio Buarque, a força da história universitária foi a sua maior fraqueza. Assegurar a profissionalização do historiador ou encontrar o plano B adequado para o excesso de praticantes do ofício servirá apenas para manter a situação atual. A história continuará sendo um meio de vida para alguns, do ensino fundamental aos programas de pós-graduação, regido pelas regras de um campo cada vez mais bem definido. Não terá chegado o *tempo da história*, em que as particularidades, que criam o caleidoscópio do mundo moderno, sejam capazes de se opor à técnica, que uniformiza em nome da otimização dos resultados, por meio daqueles *espaços públicos devidamente preservados* de que, em um de seus últimos textos publicados, Tony Judt (2010) sentia cada vez mais falta.[18]

Referências bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **Le temps de l'histoire**. Monaco: Éditions du Rocher, 1954.

______. **Un historien du dimanche**. Collaboration de Michel Winock. Paris: Seuil, 1980.

______. **Le temps de l'histoire**. Préface de Roger Chartier. Paris: Seuil, 1986.

______. **O tempo da história**. Tradução de R. L. Ferreira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

______. **O tempo da história**. Tradução de M. S. Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

ARON, Raymond. **La philosophie critique de l'histoire**: essai sur une théorie allemande de l'histoire. Paris: Vrin, 1969.

______. **Introduction à la philosophie de l'histoire**: essai sur les limites de l'objectivité historique. Paris: Gallimard, 1981.

BAYLE, Pierre. **Diccionario historico y crítico**. Selección, traducción, prólogo, notas y diccionario del editor por Fernando Bahr. Buenos Aires: El Cuenco de Plata, 2010.

BEARD, Charles A. That noble dream. In: STERN, Fritz (ed.). **The varieties of history**: from Voltaire to the present. London: Macmillan, 1970, p. 314-328.

BLOCH, Marc. **Apologie pour l'histoire ou le métier d'historien**. Édicion critique par Étienne Bloch. Préface de Jacques le Goff. Paris: Armand Colin, 1993.

[18] A frase é: "The wealth of words in which I was raised were a public space in their own right – and properly preserved public spaces are what we so lack today".

BOER, Pim den. **History as a profession**: the study of history in France, 1818-1914. Translation by Arnold J. Pomerans. Princeton: Princeton University Press, 1998.

BOURDÉ, Guy. L'école méthodique. In: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **Les écoles historiques**. Paris: Seuil, 1983, p. 137-170.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In:______. **Pierre Bourdieu**: sociologia. Organização de Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 39).

______. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sérgio Miceli et al. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BRAUDEL, Fernand. Histoire et sciences sociales: la longue durée. In:______. **Écrits sur l'histoire**. Paris: Flammarion, 1969, p. 41-83.

BURGUIÈRE, André. Histoire d'une histoire: la naissance des Annales. **Annales. ESC**, Paris, v. 34, nº 6, 1979, p. 1347-1359.

BURY, J. B. The science of history. In: STERN, Fritz (ed.). **The varieties of history**: from Voltaire to the present. London: Macmillan, 1970, p. 209-223.

CAPES. **Planilhas comparativas da avaliação trienal 2010**, **História**. Disponível em: http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4355-planilhas-comparativas-da-avaliacao-trienal-2010, acesso em 31/03/2012.

CARBONELL, Charles-Olivier. **Histoire et historiens**: une mutation idéologique des historiens français, 1865-1885. Toulouse: Privat, 1976.

CARDOSO, Ciro F.; PÉREZ BRIGNOLI, Hector. O problema da síntese em história. In:______. **Os métodos da história**. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 421-479.

CARR, Edward H. **Que é história?**. Tradução de Lúcia M. de Alvarenga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

______. **What is history?**. 2nd ed. London: Macmillan, 1986.

CHARTIER, Roger. L'amitié de l'histoire. In: ARIÈS, Philippe. **Le temps de l'histoire**. Paris: Seuil, 1986, p. 9-31.

COBBAN, Alfred. Review of Charles Tilly, *The vendée*, Cambridge (MA), Harvard UP, 1964, 373p. **History and theory**, Middletown (CT), v. 5, nº 2, 1966, p. 198-201.

COUTAU-BEGARIE, Hervé. **Le phénomène "Nouvelle histoire"**: stratégie et idéologie des nouveaux historiens. Paris: Economica, 1983.

CROCE, Benedetto. **Théorie et histoire de la historiographie**. Traducion de A. Dufour. Genève: Droz, 1968.

DURKHEIM, Émile. Comptes rendus de G. Salvemini, La storia considerata come scienza; B. Croce, La storia considerata come scienza; G. Sorel, Storia e

scienze sociali; *Rivista [Italiana] di Sociologia*, v. 6, nº 1, p. 17-54 e nº 2/3, p. 273-6 e p. 212-27. **Année Sociologique**, Paris, v. 6, 1901-1902, p. 123-5.

FARIA, Sheila de Castro. Philippe Ariès. In: LOPES, Marcos Antonio; MUNHOZ, Sidney J. (orgs.). **Historiadores de nosso tempo**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 251-265.

FEBVRE, Lucien. **Combats pour l'histoire**. Paris: Armand Colin, 1953.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de história no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 139-161.

FINK, Carole. **Marc Bloch**: a life in history. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

FUETER, Eduard. **Historia de la historiografía moderna**. 2 vol. Buenos Aires: Nova, 1953.

FURET, François. La naissance de l'histoire. In:______. **L'atelier de l'histoire**. Paris: Flammarion, 1982, p. 101-127.

______. A História quantitativa e a construção do fato histórico. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Teoria da história**. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 73-91.

GADAMER, Hans-Georg. Os limites da razão histórica (1949). In:______. **Hermenêutica em retrospectiva**: a virada hermenêutica. Tradução de M. A. Casanova. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 139-144.

______. **Truth and method** [1960]. 2nd rev. ed. Translated by J. Weinsheimer & D. G. Marshall. London: Continuum, 2004.

GAUCHET, Marcel. **La condition historique.** Entretiens avec François Azouvi et Sylvain Piron. Paris: Gallimard, 2005.

_______. **Un monde désenchanté?** Paris: Les Éditions de l'Atelier; Éditions Ouvrières, 2004.

_______. **La religion dans la démocracie**: parcours de la laïcité. Paris: Gallimard, 1998.

_______. **Le désenchantement du monde**: une histoire politique de la religion. Paris: Gallimard, 1985.

GIBBON, Edward. **Autobiography of ... as originally edited by Lord Sheffield**. Introduction by J. B. Bury. London: Oxford University Press, 1959.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. **Em terreno movediço**: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

GOOCH, George P. **Historia y historiadores en el siglo XIX**. México (DF): Fondo de Cultura Económica, 1942.

GRAFTON, Anthony. **What was history?** The art of history in early modern history. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

______. **The footnote**: a curious history. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

______. **As origens trágicas da erudição**: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Tradução de Enid A. Dobránszky. Campinas: Papirus, 1998.

GRAFTON, Anthony; GROSSMAN, Jim. No more plan B: a very modest proposal for graduate programs in history. **American Historical Association**. Disponível em http://www.historians.org/perspectives/issues/2011/1110/1110pre1.cfm, acesso em 10/03/2012.

GRINBERG, Keila. Historiadores pra quê?, **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, 09/03/2012. Disponível em: http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/em-tempo/historiadores-pra-que, acesso em 10/03/2012.

GUILLAND, Antoine. **Modern Germany and her historians**. London: Jarrold & Sons, 1915.

HAUSER, Henri. La transformation des sociétés européennes de la Renaissance à la Revolution. Conférence inaugurale prononcée à l'École des Beaux-Arts, le lundi 20 Avril 1936, par le Professeur ..., chargé du cours d'Histoire Économique des Temps Modernes à l'Université du District Féderal. In: BRÉHIER, Émile et al (org.). **Lições inaugurais da missão universitária francesa durante o ano de 1936**. Rio de Janeiro: Universidade do Distrito Federal, 1937, p. 33-49.

HÉRUBEL, Jean-Pierre V. M. Historiography's horizon and imperative: the legacy of Febvrian *Annales* and library history as cultural history. **Libraries & Culture**, Austin, v. 39, nº 3, Summer 2004, p. 293-312.

HUPPERT, George. The *Annales* experiment. In: BENTLEY, Michael (ed.). **The companion to historiography**. London: Routledge, 1997, p. 873-88.

HUTTON, Patrick H. **Philippe Ariès and the politics of French cultural history**. Amherst: University of Massachsetts Press, 2004.

IBGE. **Planilha disponível em população presente recenseada**, segundo o estado conjugal, religião, nacionalidade e alfabetização – 1872-1970. População recenseada e estimada, 1977. Disponível em http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/populacao.shtm, acesso em 26/07/2012.

IGGERS, Georg G. The *Annales* tradition: French historians in search of a science of history. In:______. **New directions in European historiography**. Revised edition. London: Methuen, 1985, p. 43-79.

______. **The German conception of history**: the national tradition of historical thought from Herder to the present. Revised edition. Hanover: Wesleyan University Press, 1988, p. 197-200.

______. The historian banished: Karl Lamprecht in Imperial Germany (Review of Roger Chickering, *Karl Lamprecht*: an academic life**,** 1856-1915). **Central European History**, Cambridge, v. 27, nº 1, 1994, p. 87-92.

JUDT, Tony. Words. **New York Review of Books**, New York, v. 57, nº 12, July 15, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Tradução de L. V.-B. Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 1999.

______. **Futuro passado**. Tradução de W. P. Maas e C. A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KUHN, Thomas S. Comment on the relation of science and art. In:______. **The essential tension**: selected studies in scientific tradition and change. Chicago: The University of Chicago Press, 1977, p. 340-351.

______. **The structure of scientific revolutions**. 2nd edition enlarged. Chicago: The University of Chicago Press, 1973.

LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. **Introdução aos estudos históricos**. Tradução de Laerte de Almeida Morais. São Paulo: Renascença, 1946.

LASLETT, Peter (ed.). **Patriarcha and other political works by sir Robert Filmer**. Oxford: Basil Blackwell, 1949.

______. **John Locke**: two treatises on government. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

LEPENIES, Wolf. **Las tres culturas**: la sociología entre la literatura y la ciencia. Traducción de Julio Colón. México (DF): Fondo de Cultura Económica, 1994.

LEROUX, François. **Histoire et sociologie en France**: de l'histoire-science à la sociologie durkheimienne. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

LEVINE, Joseph M. The battle of the books and the shield of Achilles. In:______. **The autonomy of history**: truth and method from Erasmus to Gibbon. Chicago: The University of Chicago Press, 1999a, p. 75-107.

_____. Strife in the republic of letters. In:______. **The autonomy of history:** truth and method from Erasmus to Gibbon. Chicago: The University of Chicago Press, 1999b, p. 109-126.

MANN, Hans-Dieter. **Lucien Febvre**: la pensée vivante d'un historien. Préface de Fernand Braudel. Paris: Armand Colin, 1971 (Cahiers des Annales, 31).

MARROU, Henri-Irénée. **De la connaissance historique**. Paris: Seuil, 1954.

MELLO, Evaldo Cabral de Mello. Collingwood e o ofício do historiador. In:______. **Um imenso Portugal**: história e historiografia. São Paulo: Editora 34, 2002a, p. 280-287.

______. O preconceito sociológico em história. In:______. **Um imenso Portugal**: história e historiografia. São Paulo: Editora 34, 2002b, p. 288-97.

MOMIGLIANO, Arnaldo. Ancient history and the antiquarian. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, London, v. 13, nº 3/4, 1950, p. 285-315.

______. **Problèmes d’historiographie ancienne et moderne**. Paris: Gallimard, 1983.

MORELLI, Umberto (ed.). **Metodologia della ricerca storica**: bibliografia (1900-1970). Torino: Giappichelli, 1974.

MÜLLER, Bertrand (éd.). **Marc Bloch, Lucien Febvre et les Annales d’histoire économique et sociale**: correspondance, tome premier**,** 1928-1933. Paris: Fayard, 1994.

______. **Lucien Febvre, lecteur et critique**. Paris: Albin Michel, 2003.

NEVES, Guilherme Pereira das. **História, teoria e variações**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

NOIRIEL, Gérard. **Sur la “crise” de l’histoire**. Paris: Gallimard, 2005.

NOVIK, Peter. **That noble dream**: the “objectivity question” and the American historical profession. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

PARIS, Erato. L’esprit des *Annales* à travers sa pédagogie et la correspondance entre Lucien Febvre et Marc Bloch (1928-1933). **Storia della storiografia**, Torino, v. 32, 1997, p. 71-98.

PARKS, Tim. The writer’s job. Disponível em: http://www.nybooks.com/blogs/nyrblog/2012/feb/28/writers-job/, acesso em 04/03/2012.

POCOCK, J. G. A. **The ancient constitution and the feudal law**: a study of English historical thought in the seventeenth century (A reissue with a retrospect) [1957]. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

______. **The Machiavellian moment**: Florentine political thought and the Atlantic republican tradition. Princeton: Princeton University Press, 1975.

POPPER, Annie M. Karl Gotthard Lamprecht (1856-1915). In: HALPERIN, S. William (ed.). **Essays in modern european historiography**, Chicago: The University of Chicago Press, 1970, p. 119-142.

PRESSAT, Roland. Évolution générale de la population française. **Population**, Paris, INED, v. 29, nº spécial, juin 1971, p. 11-29. Disponível em: http://www.cicred.org/Eng/Publications/pdf/c-c16.pdf, acesso em 31/03/2012.

REBÉRIOUX, Madeleine. Préface. In: LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. **Introduction aux études historiques**. Paris: Kimé, 1992.

RICOEUR, Paul. **Histoire et vérité**. Paris: Seuil, 1955.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil** [1949]. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

______. **História e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1965.

______. **Vida e história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RÜSEN, Jörn. A história entre a modernidade e a pós-modernidade. **História**: questões e debates, Curitiba, v. 14, nº 26/27, 1997, p. 80-101.

______. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da historiografia**. Ouro Preto, v. 2, mar. 2009, p. 163-209.

______. O que é a meta-história? Em direção a uma teoria compreensiva dos estudos históricos. **Conferência**. Pronunciada no PPGH-UFF, Niterói, em 19 de outubro de 2010.

SALMON, J. H. M. Review of Fernand Braudel, **Écrits sur l'histoire**: history and Theory, Middletown, v. 10, nº 3, 1971, p. 347-55.

SALVEMINI, Gaetano. **Historian and scientist**: an essay on the nature of history and the social sciences. Freeport: Books for Libraries Press, 1939.

SAMARAN, Charles (dir.). **L'histoire et ses méthodes**. Paris: Gallimard, 1961.

SERÇA, I. Brichot. In: BOUILLAGUET, Annick; ROGERS, Brian G. (dir.). **Dictionnaire Marcel Proust**. Paris: Honoré Champion, 2004, p. 169-172.

SHOTWELL, James T. **An introduction to the history of history**. New York: Columbia University Press, 1936.

SIMIAND, François. **Méthode historique et sciences sociales**: choix et prés. de Marina Cedronio. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 1987.

______. Méthode historique et science sociale. **Revue de synthèse historique**, Paris, 1903, p. 1-22 e 129-157.

STOIANOVICH, Traian. **French historical method:** the Annales paradigm. Foreword by Fernand Braudel. Ithaca: Cornell University Press, 1976.

STONE, Lawrence. The educational revolution in England (1560-1640). **Past & present**, Oxford, v. 28, July 1964, p. 41-80.

______. Literacy and education in England, 1640-1900. **Past & present**, Oxford, v. 42, Feb. 1969, p. 64-139.

THOMAS, Keith. Fighting over history (review of Anthony Grafton, *What was history?* The art of history in early modern history). **New York Review of Books**, New York, v. 56, nº 19, December 3, 2009, p. 65-69.

TREVELYAN, G. M. Clio, a Muse (excerpts). In: STERN, Fritz (ed.). **The varieties of history**: from Voltaire to the present. London: Macmillan, 1970, p. 227-245.

VENANCIO Filho, Alberto. Henri Hauser e o Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 158, nº 396, jul.-set. 1997, p. 887-893.

VIANNA Filho, Luiz. **A verdade da biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.

WALSH, W. H., The limits of scientific history. In:______. **An introduction to philosophy of history**. 3rd Ed. London: Hutchinson University Library, 1970, p. 169-187.

WESLEYAN University. Table of contents and abstracts, 1960-2012. **History and theory**, Middletown. Disponível em http://www.historyandtheory.org/index.html, acesso em 01/04/2012.

WIKIPEDIA. **Karl Gotthard Lamprecht**. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Karl_Gotthard_ Lamprecht, acesso em 11/06/2010a.

______. **Methodenstreit**. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Methodenstreit, acesso em 11/06/2010b.